



M  
R  
L  
E  
H  
E

CARTILHA DE  
PRERROGATIVAS  
DA MULHER  
ADVOGADA



Comissão Nacional  
da Mulher Advogada

CNDPVA PNDP





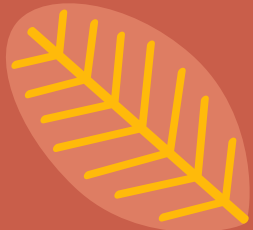

## Mulher Advogada

### Cartilha de Prerrogativas

A Comissão Nacional da Mulher Advogada, a Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia e a Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil iniciaram uma campanha para o fortalecimento da defesa das prerrogativas da mulher advogada.

Exercer a advocacia sem restrições por distinção de gênero, sem assédio e sem preconceito é direito garantido a todas as advogadas. Este é um guia de bolso prático para consultas dos direitos da mulher advogada e pode orientar na resolução de conflitos, combater violações e fortalecer a advocacia.

Tenha-o sempre em mãos para fazer consultas e tirar suas dúvidas. Conheça seus direitos!



# PRERROGATIVAS DA ADVOGADA

É muito comum que a violação das prerrogativas também se traduza em violência de gênero quando a autoridade se vê diante de uma profissional.

O trabalho de defesa das prerrogativas da mulher advogada é ao mesmo tempo um instrumento de valorização da advocacia e de enfrentamento da desigualdade de gênero no exercício profissional.

## 1. Assédio também é violência

Toda advogada tem o direito de exercer a advocacia sem sofrer qualquer tipo de assédio por parte de autoridades, funcionários de órgãos públicos, chefes, colegas ou clientes.

## 2. Discriminação ou preconceito de gênero não pode ser admitido nunca

Toda advogada tem o direito de não sofrer, em razão do seu gênero, qualquer tipo de discriminação ou preconceito no exercício da profissão.

## 3. Violência de gênero não é admissível em nenhum contexto

Toda advogada tem o direito de não sofrer qualquer tipo de violência de gênero no exercício da profissão.

## 4. Direito de ser e vestir o que quiser

Toda advogada tem o direito de se vestir livremente sem sofrer qualquer restrição ao exercício da advocacia em razão dessa escolha, não podendo ser impedida de adentrar os fóruns, tribunais, delegacias, presídios ou repartições públicas. A competência para disciplinar regras de vestimenta em espaço forense é da Ordem dos Advogados do Brasil, exceto em audiências e sustentações, quando a lei exige vestes talares.

## 5. Direito à igualdade de remuneração

Toda advogada tem direito à igualdade de remuneração em relação aos homens que exerçam a mesma função.

## PRERROGATIVAS DA ADVOGADA NA MATERNIDADE (art. 7º-A, EOAB)

A igualdade que se pretende ver efetivada entre homens e mulheres não é formal, mas material. É preciso garantir que as diferenças não legitimem desigualdade, mas ensejem políticas para garantir a igualdade efetiva no gozo dos direitos e no exercício da advocacia.

### 1. Isenção total ou parcial da anuidade no ano do parto ou adoção

O Plano de Valorização da Mulher Advogada, criado em 2015, instituiu como diretriz para o Sistema OAB a fixação de um valor diferenciado, para menor, ou isenção na cobrança da anuidade da mãe no ano do parto ou da adoção, ou no caso da gestação não levada a termo, a critério de cada Seccional.

Informe-se na sua Seccional ou na Caixa de Assistência da sua Seccional.



A Lei nº 13.363/2016 alterou o Estatuto da Advocacia e também trouxe avanços importantes, assegurando direitos às advogadas gestantes, lactantes e no período pós-parto ou adoção, visando justamente garantir às mulheres condições que lhe permitam conciliar a maternidade com o exercício da advocacia, dando efetividade à equidade de gênero.

## **2. Não passar pelo Raio X**

Toda advogada gestante tem o direito de ter sua entrada permitida em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de Raios X. (art. 7º-A, I, a, EAOAB)

## **3. Vaga especial de estacionamento**

Toda advogada gestante tem direito à vaga especial de estacionamento gratuita nos fóruns dos tribunais. (art. 7º-A, I, b, EAOAB)

\*Equiparada à portadora de necessidade especial, de mobilidade reduzida e temporária, pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a mulher gestante deve requerer o cartão para estacionamento em vaga especial junto à Secretaria de Mobilidade Urbana de sua cidade.

## **4. Suspensão de prazos processuais a partir do parto ou adoção**

Toda advogada, com o parto ou adoção, quando for a única patrona da causa, pode solicitar a suspensão de prazos processuais por 30 dias, contados a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto, ou de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente. (art. 7º-A, IV, EAOAB)

\*O mesmo direito de suspensão assiste o pai, pelo prazo de 8 (oito) dias nos mesmos termos.

## **5. Preferência em sustentações orais e audiências**

Toda advogada gestante, lactante, adotante ou que deu à luz tem preferência na ordem das sustentações orais e das audiências, mediante comprovação de sua condição. \*Durante o período de amamentação até 120 dias. (art. 7º-A, III, EAOAB)

## 6. Direito à creche

Toda advogada gestante, lactante, adotante ou que deu à luz tem direito à creche, quando disponível, ou a local adequado para as necessidades do bebê pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias. (art. 7º-A, II, EAOAB)



# PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA

São direitos de toda a advocacia, nos termos do art. 7º do Estatuto da Advocacia - Lei 8.806/94:

## 1. Liberdade do exercício profissional

Exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional. (inc. I)

## 2. Inviolabilidade do escritório, correspondências e comunicações da advogada e advogado

A inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia. (inc. II)

## 3. O direito à comunicação com o cliente preso, detido ou recolhido

Comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis. (inc. III)

## 4. Prisão do advogado – flagrante delito e sala de Estado-Maior

- Quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, ter a presença de representante da OAB, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade. (inc. IV)

- Não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, e, na sua falta, em prisão domiciliar. (inc. V)

- O advogado somente poderá ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime inafiançável, observado o disposto no inciso IV deste artigo. (§ 3º)

## 5. O livre acesso da advogada e advogado

- Ingressar e retirar-se livremente, permanecendo em pé ou sentado, independente de licença, em qualquer sala e dependências de sessões de julgamento em tribunais, audiências, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro, delegacias e prisões, repartições públicas, assembleias ou reuniões para o exercício da profissão. (inc. VI e VII)

- Dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada. (inc. VIII)

- Retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo. (inc. XX)

## 6. O livre uso da palavra

- Usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas. (inc. X)

- Reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento. (inc. XI)

- Falar, sentado ou em pé, em juízo, tribunal ou órgão de deliberação coletiva da Administração Pública ou do Poder Legislativo. (inc. XII)

## 7. Acesso aos autos

Examinar, ter vista ou retirar pelos prazos legais, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário, Legislativo, da Administração Pública em geral, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, autos de flagrante, de investigações de qualquer natureza, de processos judiciais ou de qualquer natureza findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estiverem sujeitos a sigilo ou segredo de justiça, assegurada a obtenção de cópias, com possibilidade de tomar apontamentos. (inc. XIII, XIV, XV e XVI)



## **8. Desagravo Público**

Ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela. (inc. XVII)

## **9. Sigilo profissional**

Recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional. (inc. XIX)

## **10. Atuação durante investigações**

Assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, dos demais atos dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração apresentar razões e quesitos. (inc. XXI)

## **11. Imunidade profissional**

O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer. (§ 2º)

## **12. Inviolabilidade do advogado por seus atos e manifestações no exercício da profissão**

No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações. (art. 2º, §2º, EAOAB)

# **EM CASO DE VIOLAÇÃO À SUA PRERROGATIVA**

A advogada que tenha sua prerrogativa violada pode procurar a Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia ou Comissão de Defesa de Prerrogativas e Valorização da Advocacia de sua própria Seccional e se a violação ocorrer em Processos Judiciais, pode acionar a Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou a Procuradoria de sua própria Seccional.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil conta com o Canal Prerrogativas, que pode ser acessado em [www.prerrogativas.org.br](http://www.prerrogativas.org.br).

No Canal, é possível acessar a plataforma DEFENDA-SE (<http://www.prerrogativas.org.br/defenda-se>), que conta com um repositório de peças processuais e representações para auxílio nas defesas referentes a situações de violação das prerrogativas dos advogados alimentados com petições da Procuradoria de Prerrogativas do CFOAB.

O Conselho Federal da OAB, conta, ainda, com a Ouvidoria de Honorários e com a Ouvidoria-Geral, que são importantes canais de participação dos advogados na Entidade.

### Conselho Seccional da OAB/Acre

#### Endereço

Alameda Ministro Miguel Ferrante, 450  
Bairro Portal da Amazônia - Rio Branco/AC,  
CEP: 69.915-632

**Telefone:** 68 3216-4000

**Fax:** 68 3216-4001

**E-mail:** oabac@oabac.org.br

**Site:** www.oabac.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Alagoas

#### Endereço

Av. General Luiz de França Albuquerque, 7100 -  
Rod. AL 101 Norte - Jacarecica  
Maceió/AL, CEP 57038-640

**Telefone:** 82 2121-3203

**Fax:** 82 2121-3210

**E-mail:** prerrogativas@oab-al.org.br

**Site:** www.oab-al.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Amapá

#### Endereço

Av. Amazonas, 26 - Centro  
Macapá/AP, CEP 68908-330  
Telefone: 96 3223-2951

**Fax:** 96 3223-9838

**E-mail:** comissões@oabap.org.br

**Site:** www.oabap.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Amazonas

#### Endereço

Av. Umberto Calderaro Filho, 2000 - Adri-  
anópolis  
Manaus/AM, CEP 69057-021

**Telefone:** 92 3642-0016

**Fax:** 92 3236-6161

**E-mail:** prerrogativas@oabam.org.br

**Site:** www.oabam.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Bahia

#### Endereço

R. Portão da Piedade, n. 16 (Antiga Praça Teix-  
eira de Freitas) - Barris  
Salvador/BA, CEP 40070-045

**Telefone:** 71 3321-9034

**E-mail:** direitoseperrogativas@oab-ba.org.br

**Site:** www.oab-ba.com.br

### Conselho Seccional da OAB/Ceará

#### Endereço

Rua Lívio Barreto, 668 - Joaquim Távora  
Ceará/CE, CEP 60130-110

**Telefone:** 85 32257-4634 e  
0800 085 0800

**E-mail:** contato@oabce.org.br

**Site:** www.oabce.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal

#### Endereço

SEPN 516, B1 B, Lte 07 - Asa Norte  
Brasília/DF, CEP 70770-522

**Telefone:** 61 3036-7000

**E-mail:** prerrogativas@oabdf.com

**Site:** www.oabdf.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Espirito Santo

#### Endereço

R. Alberto de Oliveira Santos, 59 - 3 e 4º Centro  
Vitória/ES, CEP 29010-908

**Telefone:** 0800 086 2231

**Fax:** 27 3222-5633

**E-mail:** comissoesoabes@gmail.com

**Site:** www.oabes.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Goiás

#### Endereço

R. 1121, n. 200 - Setor Marista  
Goiânia/GO, CEP 74175-120

**Telefone:** 62 3238-2007

**Fax:** 62 3238-2000

**E-mail:** prerrogativas@oabgo.org.br

**Site:** www.oabgo.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Maranhão

#### Endereço

R. Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, n. 1 - Calhau  
São Luís/MA, CEP 65076-822

**Telefone:** 98 2107-5409

**E-mail:** secretaria@oabma.org.br

**Site:** www.oabma.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso

#### Endereço

2ª Avenida Transversal, S/N - Centro Político  
Administrativo

Cuiabá/MT, CEP 78049-914  
**Telefone:** 65 3613-0900  
**Fax:** 65 3613-0921  
**E-mail:** tdp@oabmt.org.br  
**Site:** http://www.oabmt.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul

**Endereço**  
Av. Mato Grosso do Sul, 4700 - Caranda Bosque  
Campo Grande/MS, CEP 79031-001  
**Telefone:** 67 3318-4700  
**Fax:** 67 3318-4716  
**E-mail:** cda@oabms.org.br  
**Site:** www.oabms.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais

**Endereço**  
R. Albita, 250, B. Cruzeiro  
Belo Horizonte/MG,  
**Telefone:** 31 2102-5800  
**E-mail:** prerrogativas@oabmg.org.br  
**Site:** www.oabmg.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Pará

**Endereço**  
Praça Barão do Rio Branco, 93 - Campina  
Belém/PA, CEP 66015-060  
**Telefone:** 91 4006-8600  
**Fax:** 91 4006-8603  
**E-mail:** prdp.oabpa@gmail.com  
**Site:** www.oabpa.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Paraíba

**Endereço**  
R. Rodrigues de Aquino, 37 - 1ª  
João Pessoa/PB, CEP 58013-030  
**Telefone:** 83 2107-5200  
**Fax:** 83 2107-5205  
**E-mail:** prerrogativas@oabpb.org.br  
**Site:** www.oabpb.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Paraná

**Endereço**  
R. Brasílino Moura, 253 - Ahú  
Curitiba/PR, CEP 80540-340  
**Telefone:** 41 3250-5700  
**E-mail:** procuradoria@oabpr.org.br  
**Site:** www.oabpr.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Pernambuco

**Endereço**  
R. Imp. D. Pedro II, 235 - Santo Antônio  
Recife/PE, CEP 50010-000  
**Telefone:** 81 3424-1012  
**Fax:** 81 3424-3043  
**E-mail:** prerrogativas@oabpe.org.br  
**Site:** www.oabpe.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Piauí

**Endereço**  
R. Gov. Tibério Nunes, 520, Cabral  
Teresina/PI, CEP 64000-750  
**Telefone:** 86 2107-5814  
**Telefone Prerrogativas:** 86 99998-8248  
**E-mail:** prerrogativas@oabpiaui.org.br  
**Site:** www.oabpi.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro

**Endereço**  
Av. Marechal Câmara, 150 - Castelo  
Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-080  
**Telefone:** 21 3916-0200  
**Fax:** 21 2272-2108  
**E-mail:** cdap@oabrj.org.br  
**Site:** www.oab-rj.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Norte

**Endereço**  
Av. Câmara Cascudo, 478 - Cidade Alta  
Natal/RN, CEP 59025-280  
**Telefone:** 84 9935-0715  
**Fax:** 84 4008-9421  
**E-mail:** comissoes@oab-rn.org.br  
**Site:** www.oab-rn.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul

**Endereço**  
Rua Washington Luiz, 1110 - Centro  
Porto Alegre/RS, CEP 90010-460  
**Telefone:** 51 3287-1853 ou 3287-1827  
**Fax:** 51 3225-7806  
**E-mail:** cdap@oabrs.org.br  
**Site:** www.oabrs.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Rondônia

**Endereço**

Rua Paulo Leal, 1300 - Nossa Senhora das Graças

Porto Velho/RO, CEP 78915-080

**Telefone:** 69 0800-647 1617

**Fax:** 69 3217-4204

**E-mail:** cdp@oab-ro.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Roraima

**Endereço**

Av. Ville Roy, 4284 - Aparecida

Boa Vista/RR, CEP 69306-405

Telefone: 95 3198-3350

**Fax:** 95 3623-7627

**E-mail:** oab.roraima@gmail.com

**Site:** www.oabrr.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina

**Endereço**

R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 4860 - Agrônômica

Florianópolis/SC, CEP 88025-900

**Telefone:** 48 3239-3500

**Fax:** 48 3239-3526

**E-mail:** procuradoria@oab-sc.org.br

**Site:** www.oab-sc.org.br

### Conselho Seccional da OAB/São Paulo

**Endereço**

Praça da Sé, 385 - Centro

São Paulo/SP, CEP 01001-902

**Telefone:** 11 3291-8100

**Fax:** 11 3291-8275

**E-mail:** presidencia@oabsp.org.br

**Site:** www.oabsp.org.br

### Conselho Seccional da OAB/Sergipe

**Endereço**

Av. Ivo do Prado, 1072 - São José

Aracaju/SE, CEP 49015-070

**Telefone:** 79 3301-9100

**Fax:** 79 3211-9124

**E-mail:** prerrogativas@oabse.org.br

**Site:** www.oabsergipe.com.br

### Conselho Seccional da OAB/Tocantins

**Endereço**

Qd. 201 Norte, Conj. III, Lts. 1/2 Centro

Palmas/TO, CEP 77010-010

**Telefone:** 63 3212-9616

**Fax:** 63 3212-9601

**E-mail:** prerrogativas@oabto.org.br

**Site:** www.oabto.org.br/





**CONSELHO FEDERAL DA ORDEM  
DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

**FELIPE SANTA CRUZ**  
Presidente

**LUIZ VIANA QUEIROZ**  
Vice-Presidente

**JOSÉ ALBERTO SIMONETTI**  
Secretário-Geral

**ARY RAGHIAN NETO**  
Secretário-Geral Adjunto

**JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA**  
Diretor-Tesoureiro

**COMISSÃO NACIONAL  
DA MULHER ADVOGADA**

**DANIELA LIMA DE ANDRADE BORGES**  
Presidente

**ALICE BIANCHINI**  
Vice-Presidente

**CLAUDIA MARIA DA F. MESSIAS SABINO**  
Secretária

**MARISA CHAVES GAUDIO**  
Secretária-Adjunta

**ADELIA MOREIRA PESSOA**  
Membro

**BEATRIZ MARIA LUCHESE PERUFFO**  
Membro

**BRUNA SABACK SANTOS MACHADO**  
Membro

**DANIELA BALLAO ERNLUND**  
Membro

**IZABEL CRISTINA DE ALMEIDA BRAGA**  
Membro

**LUCIANE REGINA MORTARI ZECHINI**  
Membro

**MARCELA MARINA DE ARAÚJO**  
Membro

**MARCELA MARTINS DE VASCONCELOS**  
Membro

**MÁRCIA MARIA COTA DO ÁLAMO**  
Membro

**MARIA DALVA FERNANDES MONTEIRO**  
Membro

**SUALE SUSSUARANA ABDON DE BRITO**  
Membro

**ANA PAULA ZOMER**  
Membro Consultora

**ANA VLÁDIA MARTINS FEITOSA**  
Membro Consultora

**ARIANA GARCIA DO NASCIMENTO TELES**  
Membro Consultora

**CHRISTIANE DO VALE LEITÃO**  
Membro Consultora

**CLARISSA LOPES DIAS**  
Membro Consultora

**CRISTIANE ROMANO FARHAT FERRAZ**  
Membro Consultora

**CRISTINA ALVES TUBINO**  
Membro Consultora

**FERNANDA MELLO CORDEIRO**  
Membro Consultora

**MARIA GLÁUCIA BARBOSA SOARES**  
Membro Consultora

**MARIANA LOPES DA SILVA BONFIM**  
Membro Consultora

**RENATA CRISTINA BARBOSA DEIRÓ**  
Membro Consultora

**VANESSA PEREIRA RANUNCI FERREIRA**  
Membro Consultora

**VERUSKA MACIEL CAVALCANTE**  
Membro Consultora

**COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA DAS  
PRERROGATIVAS E VALORIZAÇÃO DA  
ADVOCACIA**

**ALEXANDRE OGUSUKU**  
Presidente

**ELIAS MATTAR ASSAD**  
Vice-Presidente

**ANDRE STUMPF JACOB GONCALVES**  
Secretário

**PEDRO BRUNO AMORIM E VASCONCELOS**  
Secretário-Adjunto

**ARY CLEVISTON ALMEIDA DE SANTANA**  
Membro

**EDUARDO IMBIRIBA DE CASTRO**  
Membro

**JULIANA MARQUES MODESTO LEAHY**  
Membro

**LUIZ HENRIQUE ANTUNES ALOCHIO**  
Membro

**MARCOS JOSÉ SANTOS ARAÚJO**  
Membro

**MAURICIO BEZERRA ALVES FILHO**  
Membro

**PAULO ROBERTO F. GROSSI DA VEIGA**  
Membro

**SILMARA SALAMAIA GONÇALVES**  
Membro

**ALICE CAROLINA F. DE OLIVEIRA LINS  
E SILVA**  
Membro Consultora

**ALLYSON HENRIQUE FORTUNA DE  
SOUZA**  
Membro Consultor

**ANTONIO CESAR PERES DA SILVA**  
Membro Consultor

**ANTONIO FARIA DE FREITAS NETO**  
Membro Consultor

**ANTONIO FRANCO ALMADA AZEVEDO**  
Membro Consultor

**EMERSON DAVIS LEONIDAS GOMES**  
Membro Consultor

**GUSTAVO SARTOR DE OLIVEIRA**  
Membro Consultor

**JOSE CARLOS CARVALHO**  
Membro Consultor

**MÁRCIO VITOR MEYER DE ALBUQUERQUE**  
Membro Consultor

**RICARDO RODRIGUES FIGUEIREDO**  
Membro Consultor

**PROCURADORIA NACIONAL DE DEFESA  
DAS PRERROGATIVAS**

**ANA KAROLINA S. DE CARVALHO NUNES**  
Procuradora Nacional

**ADRIANE CRISTINE C. MAGALHÃES**  
Procuradora Nacional Adjunta

**BRUNO DIAS CANDIDO**  
Procurador Nacional Adjunto

**FERNANDO AUGUSTO H. FERNANDES**  
Procurador Nacional Adjunto







Comissão Nacional  
da Mulher Advogada | CNDPVA | PNDP

